PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.
Porto Alegre / RS - 90050-190
Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 10 de agosto de 2017. Edição n.º 2199

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Atos normativos.....2
Boletins de Pessoal.....2
Súmulas de contratos.....2
Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Boletins.....4

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Avisos.....7

JANELISE CRISTINE CORTES ANHAIA:45031584068
Digitally signed by JANELISE CRISTINE CORTES ANHAIA:45031584068
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR VALID CD, cn=JANELISE CRISTINE CORTES ANHAIA:45031584068
Date: 2017.08.10 08:58:53 -03'00'

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 10 de agosto de 2017. www.mprs.mp.br Edição Nº 2199

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 271/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:
DESIGNAR
- para compor a Comissão do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, o Procurador de Justiça Dr. MAURO HENRIQUE RENNER, na condição de examinador na disciplina de Direito Penal, a contar do dia 1º de agosto de 2017 (Port. 2635/2017).
- para compor a Comissão do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, a Representante da OAB-RS Dra. FERNANDA SPORLEDER DE SOUZA POZZEBON, na condição de examinadora na disciplina de Direito Processual Penal, a contar do dia 1º de agosto de 2017 (Port. 2636/2017).
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.
JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 272/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:
DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:
- pelo período de 12 meses, a contar do dia 02/07/2017, ADILSON VINICIO CARNEIRO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 826, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2535/2017).
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.

CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI,
Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 2680/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE, conforme Parecer e Decisão constante das folhas 350 a 354 dos autos, quanto aos fatos apurados na Sindicância **SPU.PR.01055.00083/2016-2**, publicar extrato do **Parcial Provimento do Pedido de Reconsideração** para fim de conceder o parcelamento da sanção pecuniária em 5(cinco) meses, com fundamento no artigo 82, **mantendo-se** o entendimento que julgou parcialmente procedente a Sindicância, por infringência ao inciso I, III, IV, V, VII e XIII do artigo 177, bem assim ao inciso XX do artigo 178 (c/c inciso VII do art. 191), todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94.
DÊ-SE CIÊNCIA.
CUMPRA-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de agosto de 2017.
BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Registre-se e Publique-se.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 273/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:
CONVERTER
- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora INÊS TERESINHA GRIEBELER, Secretária de Diligências, ID n.° 3435318, registrada no Boletim n.º 496, publicado no DEMP de 14/10/2015, referente ao quinquênio de efetividade de 30/09/2010 a 28/09/2015, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 04/08/2017 – PR.01548.00187/2017-4 - Port. 2615/2017).
DESIGNAR
- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor GILBERTO TAILOR DE SOUZA, Agente Administrativo, ID n.º 3442926, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Alvorada, duas vezes por semana, no período de 08 de agosto a 03 de outubro de 2017 (Port. 2616/2017).
EXONERAR
- a pedido, a contar de 03 de agosto de 2017, a servidora LETICIA ALT SEGER, ID n.º 3445208, do cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2614/2017).
DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 27/2016-PGJ:
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00023/2014-5, a contar de 05 de julho de 2017, o servidor FABIANO RADAVELLI, ID n.º 3442314, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2610/2017).
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.
BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO N.º 0058.000.238/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/17

Aquisição de centrais de alarme, cerca elétrica, e insumos necessários referente a Ata de Registro de Preços n.º 23/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 43/17, firmada com a empresa ANDRÉ DE DEUS LOPES conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Central de alarme microprocessada, com frequência de operação dos controles de 433MHZ. com 4 zonas com fio e dlscadora. INTELBRÁS/ANM 2004 - MF	5	229,00
2	Central de alarme microprocessada, com frequência de operação dos controles de 433MHZ. com 8 zonas com fio e dlscadora. INTELBRÁS/ANM 2008 - MF	2	258,90
3	Central de alarme microprocessada, com frequência de operação dos controles de 433MHZ. com 18 zonas com fio e dlscadora. INTELBRÁS/ANM 2018 - MF	1	600,00
4	Teclado para senhas compatível com central oferecida nos itens 1-2-3. INTELBRÁS/XAT 3000	2	150,00
5	Sensor de presença com fio, compatível com central oferecida nos itens 1-2-3. INTELBRÁS /IVP 3000 CF	20	35,50
6	Base para fixação de sensor de presença (fixação na parede). STEELPLAST BR /ARTICULADOR.	20	2,00
7	Controle remoto para central de alarme, frequência de operação 433MHZ. INTELBRÁS/ XAC 4000 SMART	40	21,90
8	Sirene 12V para central de alarme. JR IT/JR IT	6	15,00
9	Bateria selada 12V 7AH - tecnologia VRLA. INTELBRÁS/ INTELBRÁS	20	68,00
10	Cabo 4 vias (2 pares de 0,40mm) para instalação de sensores. DNI/ DNI 4X40	100	0,45
11	Central de cerca elétrica com capacidade mínima de 5000 metros de perímetro linear. INTELBRÁS / ELC 5003	2	275,00
12	Fio de aço inox para cerca elétrica 0,60mm. CONFISEG / 0,60MM	2000	,22
13	Cabo de alimentação alta tensão para cerca elétrica. DNI / AT 40 0,5 MM	100	1,00
14	Sensor de presença frontal, 100 a 240V, alcance superior a 6 metros e potência >=250W em uso com lâmpadas Led ou fluorescente. EXATRON / SPF0ZD	12,00	46,00

Valor Total da aquisição: R$7.325,80; **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO N.º 1509.0900/16-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 84/16

Aquisição de mangueiras de incêndio referente a Ata de Registro de Preços n.º 100/2016, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 84/16, firmada com a empresa COMBATE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	MANGUEIRA DE INCÊNDIO DE 1 ½ POLEGADAS, COM LANCE DE 15 METROS, TIPO 2. AS MANGUEIRAS DEVEM SER IDENTIFICADAS NAS DUAS PONTAS COM OS SEGUINTES DADOS: NOME OU MARCA DO FABRICANTE; NÚMERO DA NORMA; TIPO DE MANGUEIRA; MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO. DEVERÃO TAMBÉM TER MARCA DE IDENTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM ABNT.	20	202,95

Valor Total da aquisição: R$ 4.059,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 151/2017
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (*http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/*), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.
Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007, com a redação dada pelo Provimento 74/2016, publicado em 12/12/2016.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.
BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 10 de agosto de 2017. www.mprs.mp.br Edição Nº 2199

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 26/2017

A COORDENADORA DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Civis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00024/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: fabricação de conservas de ovos de codorna sem procedência e sem inspeção sanitária. INVESTIGADO: João Ronaldo Passos de Oliveira, com endereço na Avenida Marcelo Gama, 2287, nesta cidade.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00027/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: Investigar poluição sonora decorrente de atividades realizadas no Dublin Pub, bem como a regularidade do estabelecimetno junto ao Município. INVESTIGADO: Dublin Pub, localizado na Rua Nogueira da Gama, 10, Bairro Fátima, Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.179/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Apurar irregularidades no estabelecimento King Bull Pub, notadamente em virtude de Alvará Municipal de Funcionamento. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen, King Bull Pub - Llmaica Ltda- ME. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.178/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Apurar irregularidades no estabelecimento Maria Lúcia Pub, notadamente em virtude de ausência de Alvará Municipal de Funcionamento. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen, Maria Lúcia Músicas e Conversas Ltda- ME. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01631.001.176/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Fornecimento de papel higiênico com vício de quantidade. INVESTIGADO(S): Avelina Brehm da Silva Porto - ME, S.B. Porto & Cia Ltda., Portopel do Brasil Ind. e Com. Ltda., Delto Fernando Brehm Eireli - ME, R.B. Porto & Cia Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01631.000.798/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Trata-se de expediente encaminhado pela 2ª Promotoria, por irregularidades no beneficiamento e empacotamento de arroz. Responsabilidade por vício do produto. INVESTIGADO(S): Arnaldo Omar Beskow e Cia. Ltda., Zilnei Costeira Alves, Trevisan SA Ind., Com. e Agricultura, Gran Vale Alimentos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre e, possivelmente outros indeterminados.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01631.001.175/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Fornecimento de papel higiênico com vício de quantidade marca Alphes. INVESTIGADO(S): Rondpel Indútria e Comércio Ltda. (Alphes). LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00024/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jocelaine Dutra Pains. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Possíveis irregularidades no comércio de gás GLP, com repercussão local aos direitos dos consumidores coletivamente considerados, mediante comercialização de recipientes transportáveis de GLP com peso inferior ao informado ao consumidor, em desacordo com o inciso VIII do artigo 16 da Portaria ANP nº 297/2003, no Município de Santa Maria. INVESTIGADO(S): Doris Adriane da S. Brutti Com. de Gás Ltda. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00023/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jocelaine Dutra Pains. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Deficiência/Insegurança do Transporte Intermunicipal prestado pela empresa Silva Transportes Ltda., no Município de São Martinho da Serra/RS. INVESTIGADO: Empresa Silva Transportes Ltda. Local do Fato: São Martinho da Serra/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01587.000.230/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapejara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara. OBJETO: Representação em relação à existência de optometrista exercendo atividade exclusiva de médico oftalmologista em Tapejara, bem como ocorrência de venda casada de artigos de visão como óculos e lentes de contato. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tapejara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO

PROCEDIMENTO: 01920.000.513/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dr. Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Relatório de vistoria realizado no estabelecimento. INVESTIGADO(S): Divo Colau Merlo Junior. LOCAL DO FATO: Veranópolis, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00064/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar irregularidades na cobrança de sessões de fisioterapia pela Clínica de Reabilitação Serrano Ltda. INVESTIGADO(S): Clínica de Reabilitação Serrano Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de Agosto de 2017.
CAROLINE VAZ,
Coordenadora do CAO de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.
De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 141/2017

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Civis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00723.00034/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: Averiguar radioatividade eletromagnética de antena de telefonia da Tim que está situada na Rua Sestilio Eliseu Possamai, Bairro Jardim Gloria.
LOCAL: Bento Gonçalves - RS. INVESTIGADO(S): Tim. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00065/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a regularidade do funcionamento do Serviço Residencial Terapêutico Grande Família, no Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Residencial Terapêutico Grande Família Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00049/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Apurar irregularidades na infraestrutura física e de recursos humanos das instalações da Farmácia Municipal de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00062/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborda Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar a existência de irregularidades no Residencial Terapêutico Acolher. INVESTIGADO(S): Residencial Terapêutico Acolher. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01633.000.290/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Maria Moreira Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Averiguar poluição sonora causada pelo estabelecimento cabeça Multilanches, localizado na Rua José do Patrocínio, n.º 137, Bairro Cidade Baixa, nesta Capital. INVESTIGADO(S): V.da C. Nogueira - ME Cabeça Multilanches. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00853.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o risco real de fechamento do Pronto-Socorro da Santa Casa do Rio Grande e a responsabilização do município para a manutenção dos serviços de urgência e emergência na cidade de Rio Grande. INVESTIGADOS(S): A.C. Santa Casa do Rio Grande e Município de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00066/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar qual fluxo observa a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social em relação às denúncias e solicitações de providências que envolvem situações individuais com risco associado com vistas à formalização, aprimoramento e integração ao roteiro de outros organismos municipais. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00235/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos

Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas do Hospital Sanatório Partenon. INVESTIGADOS(S): Hospital Sanatório Partenon e Secretaria Municipal de Saúde – Sms. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00224/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da emergência da Unidade de Saúde São Rafael - Hospital Mãe de Deus. INVESTIGADO(S): Unidade de Saúde São Rafael. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00234/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da emergência do Hospital Beneficência Portuguesa. INVESTIGADO(S): Hospital Beneficência Portuguesa. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00236/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da emergência do Hospital Ernesto Dornelles. INVESTIGADO(S): Hospital Ernesto Dornelles. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00237/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da emergência do Hospital Moinhos de Vento. INVESTIGADO(S): Hospital Moinhos de Vento. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00115/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar eventual falta de médicos plantonistas no Centro Obstétrico Mario Totta, localizado no Hospital Santa Clara. INVESTIGADOS(S): Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia e Hospital Santa Clara. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00242/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as ações desenvolvidas para o controle das coinfecções associadas à tuberculose (HIV/AIDS e outras). INVESTIGADOS(S): Estado do Rio Grande do Sul, Centro Estadual de Vigilância Em Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00243/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as ações desenvolvidas para o controle das infecções associadas à tuberculose (HIV/AIDS). INVESTIGADOS(S): Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00238/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar a necessidade de aumento da área física do HEMORGS e demais irregularidades porventura apontadas pela Vigilância Sanitária do Município de Porto Alegre em relação ao órgão. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00240/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a política municipal de combate à tuberculose na população em situação de rua. INVESTIGADOS(S): Prefeitura de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00239/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as ações, promoção e estratégia de prevenção adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul para combate à tuberculose na população de rua. INVESTIGADOS(S): Estado do Rio Grande do Sul, Centro Estadual de Vigilância Em Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de Agosto de 2017.
ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos,
da Saúde e da Proteção Social.
De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N.º 50/2017

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 15 de Agosto de 2017, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO DA SILVA VALDEZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 01) Processo n.º IC.00832.00115/2016: Objeto: trata-se de um procedimento investigatório a fim de apurar possível comercialização de combustível com vício de qualidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 02) Processo n.º IC.00711.00009/2017: Objeto: verificar a possibilidade de cobrança para emissão de declarações referente ao cadastro de inadimplentes pelo Centro Empresarial de Alegrete. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 03) Processo n.º IC.00718.00078/2016: Objeto: apurar invasão de áreas públicas, localizadas no Bairro Jardim do Castelo, em Bagé. Investigado (s): Paulo Afonso Luccas de Camargo. André Luís Vilaverde Moutinho. Dulce Maria Rich Dias. Keiichi Shirakawa. Nestor Ferronato. Flávio Omar Luiz de Oliveira. Ricardo Augusto Maurer. Local: Bagé/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 04) Processo n.º IC.00722.00032/2015: Objeto: averiguar delito ambiental em decorrência da supressão de vegetação nativa, sem alvará. Investigado: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Local: Rua Oswaldo H. Veríssimo, bairro Tancredo Neves, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi:** 05) Processo n.º IC.00727.00051/2015: Objeto: denúncia relativa a imóvel na área central de Cacequi com acúmulo exagerado de entulhos e sujeira, colocando em risco a saúde da coletividade em seu entorno. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 06) Processo n.º IC.00748.00043/2015: Objeto: Condomínio Monte Belo, situado na localidade de Monte Bérico, em Caxias do Sul, RS - loteamento irregular ou clandestino - regularização fundiária e proteção ao direito de moradia. Partes: Odilon Burigo da Conceição (representante), Nestor Zanini, JK Ferreira Terraplanagem Ltda e Leonardo Ruffatto (representados). Local: Caxias do Sul - RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 07) Processo n.º IC.00748.00157/2016: Objeto: risco de queda de árvores existentes no Parque da Festa da Uva. Partes: Vanessa Padovani (representante), Parque da Festa da Uva (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas:** 08) Processo n.º IC.00950.00010/2010: Objeto: investigar dano ambiental pela empresa BUZIN Transp. e Comércio Ltda. decorrente de manejo vegetal para construção de cerca e limpeza do terreno com corte de toda vegetação e intervenção em APP, sem licenciamento ambiental; Investigado: BUZIN Transp. e Comércio Ltda. Local: Estrada Municipal n.º 1184. Distrito Industrial, Charqueadas. 09) Processo n.º IC.00950.00014/2015: Objeto: regularização da atividade do Corpo de Bombeiros Voluntários de Charqueadas. Investigado: Corpo de Bombeiros Voluntários de Charqueadas. Local: Charqueadas/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 10) Processo n.º IC.00754.00069/2014: Objeto: apuração de eventual dano ambiental ocorrido no dia 15 de maio de 2014, consistente em produzir poluição sonora através do abuso na utilização de aparelho de som automotivo. Investigado: Cristiano de Lima Teixeira. 11) Processo n.º IC.00755.00006/2015: Objeto: apurar eventual dano ambiental ocorrido no dia 15 de novembro de 2014, na Rua Saturnino de Brito, 1177, nesta Cidade, consistente em produzir poluição sonora mediante o uso de aparelho de som automotivo em volume excessivo. Investigado: Vinicius de Lima Ramirez. 12) Processo n.º IC.00755.00030/2015: Objeto: apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão da emissão de ruídos além do nível permitido pela legislação, por parte do Bar Chalé Beer" localizado na Rua Voluntários da Pátria, n. 792, Cruz Alta/RS. Investigados: Bar Chalé Beer e Maiara Cíntia Kettermann. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 13) Processo n.º IC.00771.00018/2016: Objeto: movimentação de terra e desmonte de rocha sem uso de explosivos. Autor: Pedro Evori Pedrozo. Local: R. Edmundo Hilgert, S/N, bairro Cinquetenário. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 14) Processo n.º IC.00783.00109/2015: Objeto: apurar a emissão de ruídos acima dos limites legais pela realização de cultos religiosos na Rua Alberto Pasqualini, n.º 804, Bairro Marrocos, em Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 15) Processo n.º IC.00933.00009/2015: Objeto: apurar dispensa irregular de

licitação para contratação da empresa Limcom Serviços Eireli ME, pelo Município de Igrejinha. Investigados: Município de Igrejinha, Limcom Serviços Eireli ME e Gislaine Micheline Pinto Edinger. Local: Igrejinha/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 16) Processo n.º IC.00801.00049/2014: Objeto: adoção de medidas para garantir a implementação do programa integrado de saneamento básico e resíduos sólidos - Ressanear. Investigado: município de Muliterno. Local: Muliterno/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Leonardo dos Santos Rossi:** 17) Processo n.º IC.00813.00019/2014: Objeto: corte de vegetação nativa sem licenciamento ambiental. Local: Linha Anita Garibaldi, em Nova Bassano. Parte: Zeni Madalena Busnello. 18) Processo n.º IC.00813.00028/2014: Objeto: investigar o descarte irregular de embalagens de agrotóxicos. Local: Linha Oitava Prata, Protásio Alves. Parte: Juliano Stella. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 19) Processo n.º IC.00952.00013/2013: Objeto: apurar possível crime ambiental - Atividade sem licença. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 20) Processo n.º IC.00820.00068/2015: Objeto: averiguar a prática de canalização de águas pluviais, risco de inundação e de problemas ambientais na Rua das Roseiras/Pedro Culmann. 21) Processo n.º IC.00820.00118/2016: Objeto: prática de poluição atmosférica - chaminé de padaria, na localidade da Rua 7 de Agosto, 49, nesta cidade, tendo como investigado Sergio Pedro Hoffmann. 22) Processo n.º IC.00820.00236/2013: Objeto: prática de agressão à flora - queimada, localizada na Estr. Estadual, RS 324 KM 106 ao 116, em Passo Fundo, tendo como requerente o 3º BABM e como investigado Carlos Alberto Portella dos Santos. **Encaminhado por Designação Excepcional - Cristiane Cardoso:** 23) Processo n.º IC.00821.00005/2015: Objeto: verificar a regularidade de funcionamento do Centro Terapêutico Recanto da Paz, localizado nesta cidade, bem como promover eventuais adequações que se fizerem necessárias. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 24) Processo n.º IC.00824.00013/2017: Objeto: apurar supostas irregularidades no Pregão Presencial n.º 04/2016 contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Transporte Escolar. Investigado: o Município de Pelotas. Local: Pelotas/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 25) Processo n.º IC.00824.00074/2017: Objeto: acompanhamento da regularização, perante o GSVG, de empresas de vigilância não armada. Local: Pelotas. Investigado: SANEP - Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto:** 26) Processo n.º IC.00942.00026/2015: Objeto: apurar eventual descumprimento da Lei n.º 12.527/11 pelo Município de Alpestre/RS. Localização: maio/2017. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 27) Processo n.º IC.00852.00035/2016: Objeto: apurar possível construção irregular em área de calçada. Requerente: Rodrigo Pires. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 28) Processo n.º IC.00865.00001/2015: Objeto: irregularidades em albergue municipal. Investigados: Albergue Municipal e município de Santa Maria. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 29) Processo n.º IC.00865.00009/2013: Objeto: empresa de recapagem de pneus funcionando sem licenciamento ambiental e produzindo poluição sonora e atmosférica, na rodovia BR 392, quilômetro 01, Bairro Parque Dom Antônio Reis, em Santa Maria. Investigado: Vicente Rigo & Filhos Ltda e Carlos Alberto Rigo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 30) Processo n.º IC.01223.00016/2016: Objeto: apurar dano ambiental decorrente da abertura de valos em área de preservação permanente (banhado), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, na propriedade localizada na BR 287, KM 401, interior do Município de Santiago/RS. 31) Processo n.º IC.01223.00021/2015: Objeto: apurar dano ambiental decorrente da criação de suínos em área urbana, com depósito de seus dejetos sólidos e líquidos descartados irregularmente, tudo sem licença e ou autorização do órgão ambiental competente, na propriedade de Dorval José Jardim, localizada na Rua Rufino Garcia do Nascimento, n.º 527, Município de Capão do Cipó/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 32) Processo n.º IC.00872.00028/2016: Objeto: verificar a regularidade das atividades comerciais (borracharia). Local: Km 521, BR 285, Interior de Vitória das Missões, RS. Investigado: Claudenir Antônio Ferrazza. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 33) Processo n.º PI.00914.00030/2016: Objeto: a parte é interessada no assunto sobre transporte público na região de São Braz e Campo Bonito, trouxe documentação com assinaturas da comunidade, que foi prejudicada pela supressão de horários. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 34) Processo n.º IC.00914.00078/2014: Objeto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa. Investigados: João Alberto Machado Cardoso. Nildo Schaeffer Maggi. Local: Município de Torres. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 35) Processo n.º IC.00917.00020/2016: Objeto: apurar possível irregularidade na construção de um posto de combustíveis às margens da BR-468, em razão de suposta omissão de informações à FEPAM. **RELATORA: CONSELHEIRA HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO: Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 36) Processo n.º IC.01411.00040/2013: Objeto: averiguar a situação de prestação de ensino aos internos da unidade Centro de Internação Provisória (CIP - CS) da FASE. Local: Porto Alegre/RS. Partes: FASE, CIP - CS e EEEF Senador Pasqualini. 37) Processo n.º PA.01411.02213/2016: Objeto: apurar eventuais irregularidades no Núcleo de Abrigos Residenciais (NAR) Ipanema, estabelecido nesta capital, decorrentes de maus-tratos e de humilhações praticadas por agente educadora contra acolhidos. Local: Porto Alegre/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 38) Processo n.º IC.00723.00007/2017: Objeto: averiguar a possível utilização de recursos públicos pelo servidor municipal Vinicius Zanchet Lima para fins particulares. Partes: Vinicius Zanchet de Lima. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por 2º Promotor**

de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha: 39) Processo n.º IC.01220.00021/2012: Objeto: inquérito Civil para apuração de eventuais irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, relativas ao controle de frequência, à concessão de vantagens pecuniárias indevidas e aos critérios de designação de servidores em ofensa aos princípios da administração pública, devendo figurar como investigado o Secretário Municipal de Trânsito e Transportes deste Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha:** 40) Processo n.º IC.01127.00016/2010: Objeto: investigar poluição sonora pelo CTG Sinuelo da Amizade (Centro de Tradições Nativas Sinuelo da Amizade), em Cachoeirinha. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom:** 41) Processo n.º IC.00734.00010/2015: Objeto: apurar a regularidade na emissão de laudos de cobertura vegetal com vistas à obtenção de licença ambiental junto ao Município de Campo Bom por servidora pública lotada na Secretaria do Meio Ambiente; Campo Bom; Investigados: Município de Campo Bom, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Campo Bom, Dionéia Conceição da Vara e Márcia Dutra. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Novo:** 42) Processo n.º IC.00735.00003/2013: Objeto: investigar possível dano ambiental em virtude do corte de 15 (quinze) árvores exóticas, de pequeno e médio portes, da espécie Uva Japonesa, em Área de Preservação Permanente (APP), sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Silvino Borchardt, situada na localidade de Lajeado Manoelão, interior do Município de Braga (RS). Investigado: Silvino Borchardt. 43) Processo n.º IC.00735.00027/2012: Objeto: apurar possível dano ambiental consistente no descapoeiramento de vegetação de vassoura. Investigado: Roni Rodrigues de Almeida. Local: Sítio Bindé, interior do Município de Campo Novo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 44) Processo n.º IC.00739.00024/2015: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental (poluição sonora) e de lesão à ordem urbanística (ausência de PPCI) por parte do estabelecimento investigado. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 45) Processo n.º IC.00739.00169/2011: Objeto: terceirização irregular dos serviços médicos pela prefeitura de Canoas, tendo como investigado o Prefeito Jairo Jorge da Silva. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça - Especializada de Caxias do Sul - 2º e 5º Promotor de Justiça – Cassiano Marquardt Corleta:** 46) Processo n.º IC.00748.00320/2009: Objeto: irregularidade na alienação de bens públicos. Partes: Valdonir Paulino Rech (representante); Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Caxias do Sul:** 47) Processo n.º PA.01135.00170/2015: Objeto: redução do déficit de vagas em pré-escola no município de Bom Jesus de acordo com o projeto de alinhamento estratégico das Promotorias de Justiça Regionais de Educação. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Crissiumal:** 48) Processo n.º IC.00753.00001/2015: Objeto: descrição não informada. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 49) Processo n.º IC.00754.00028/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de poluição sonora e perturbação do sossego público na Avenida General Osório, n.º 1420, esquina com a Rua Dr. Cândido Machado, nesta Cidade, em razão da emissão de ruídos acima dos permitidos pela legislação ambiental pertinente. Investigado: CTG Querência da Serra. 50) Processo n.º IC.00754.00051/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência da reforma/ampliação de um açude, em APP, na propriedade de Elizeu José Schaedler, localizada na Linha Faxinal, interior do Município de Boa Vista do Cadeado. Investigado: Elizeu José Schaedler. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 51) Processo n.º IC.00757.00001/2016: Objeto: averiguar irregularidades relacionadas à segurança dos usuários dos serviços municipais de transporte escolar, tendo como investigada a Empresa de Transportes Wendling Ltda e o Município de Dois Irmãos/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 52) Processo n.º IC.00761.00005/2013: Objeto: denúncia "Bolsa Estiagem". **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 53) Processo n.º IC.00762.00064/2013: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa em duas áreas distintas, sendo a área 01 de 0,42 hectare e a área 02 de 0,30 hectare, parte desta encontrando-se em área de preservação permanente, atingindo as espécies de Açoita Cavalo, Canela, Rabo de Bugiu, Timbó, entre outras, fato constatado no dia 23 de outubro de 2012, na Linha Lajeado Leão, em Três Arroios (RS), tendo como investigado Volmir Luis Soccol. 54) Processo n.º IC.00762.00145/2014: Objeto: apurar o corte raso de árvores nativas de pequeno e médio porte, ao entorno de três nascentes, fato constatado no dia 16 de novembro de 2013, na Linha Paraboni, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigado Milton Menegola. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 55) Processo n.º IC.00762.00110/2010: Objeto: investigar eventual lesão aos direitos da infância e da juventude em decorrência da prestação do serviço de acolhimento institucional pela entidade Patronato Agrícola e Profissional São José, em decorrência da inobservância das normas previstas pelo Conselho Nacional de Assistência Social CONANDA. Investigado: Patronato Agrícola e Profissional São José. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Flores da Cunha:** 56) Processo n.º IC.00774.00003/2015: Objeto: possível ato de improbidade administrativa - violação do princípio de impessoalidade. Local: Prefeitura de Nova Pádua-RS. Investigado: Pedro Fernando Wuttke Quintanilha. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 57) Processo n.º IC.00781.00001/2011: Objeto: apurar funcionamento de olaria e extração de argila em área de preservação permanente, sem licenciamento do órgão ambiental. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina:** 58) Processo n.º IC.00791.00001/2016: Objeto: investigar a ocorrência de dano ambiental decorrente de armazenamento e comercialização de resíduo sólido industrial. Investigado: Ido Georg. Local: Município de Horizontina/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 59)

Processo n.º IC.00933.00064/2014: Objeto: apurar possível prejuízo às crianças e adolescentes atendidos pelo Centro Municipal de Atividade Educacionais - CEMAE Aprender pela interrupção do atendimento durante as férias escolares. Investigado: Município de Igrejinha. Local: Igrejinha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 60) Processo n.º IC.01175.00013/2014: Objeto: acompanhar a inclusão escolar dos alunos egressos da classe especial da Escola Estadual Delfina Dias Ferraz, em razão da extinção desta turma no ano letivo de 2014. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 61) Processo n.º IC.01212.00057/2013: Objeto: investigar atividade de mineração praticada em desacordo com a licença de operação e em descumprimento ao Compromisso de Ajustamento outrora firmado, no empreendimento denominado Cerâmica Lino Ltda, situada a Rodovia RS-030, n.º 3037, km 84, em Osório/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 62) Processo n.º IC.00952.00024/2015: Objeto: depósito irregular de resíduos sólidos. 63) Processo n.º IC.00952.00025/2015: Objeto: funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. 64) Processo n.º IC.00952.00028/2015: Objeto: funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 65) Processo n.º IC.00820.00042/2015: Objeto: acompanhamento para que o Estado do Rio Grande do Sul repasse aos municípios o valor integral dos gastos despendidos com o transporte público. Requerido: Estado do Rio Grande do Sul. Local: Diversos Municípios abrangidos pela Regional de Passo Fundo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 66) Processo n.º IC.00820.00231/2016: Objeto: danos em APP - erosão / assoreamento de recursos hídricos na Rua Francisco Augustinho de Oliveira, 118, bairro Integração, nesta Cidade. Investigado: Município de Passo Fundo. **Encaminhado por Designação Excepcional - Denilson Belegante:** 67) Processo n.º IC.00820.00333/2010: Objeto: verificar eventuais irregularidades em instituições de longa permanência para idosos, bem como articular ação fiscalizatória conjunta dos órgãos competentes (SEMCAS, COMUI, VISA), tendo iniciativa ministerial e figurando como investigado o Lar de Idosos "Lar da Vovó". **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas:** 68) Processo n.º IC.00824.00087/2004: Objeto: contaminação de poços e/ou reservatórios de abastecimento público de água. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 69) Processo n.º IC.00824.00163/2016: Objeto: apurar eventual irregularidade no pagamento de gratificação a servidor público municipal. Investigado: Município de Pelotas e Sérgio Renato Costa da Rosa. Local: Pelotas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 70) Processo n.º IC.00852.00051/2014: Objeto: averiguar a situação de precariedade da Escola Dr. José Mariano de Freitas Beck - CIEP São João. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Porto Xavier:** 71) Processo n.º IC.00944.00007/2009: Objeto: depósito de lixo urbano localizado em área de preservação permanente, na Linha Primeira. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 72) Processo n.º IC.00852.00028/2015: Objeto: apurar possível lesão ao meio ambiente. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 73) Processo n.º IC.00852.00111/2016: Objeto: apurar possível funcionamento irregular do investigado, dada a notícia de ausência de autorização da Brigada Militar para seu funcionamento. Investigado: Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria e Conservação. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 74) Processo n.º IC.00852.00062/2014: Objeto: apurar as más condições de trafegabilidade do Corredor Dr. Nilo da Fonseca, o que tem importado em evasão escolar. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo da Silva Cirne:** 75) Processo n.º IC.00857.00009/2016: Objeto: apurar pulverização irregular de agrotóxicos no Município de Ibiaçá. 76) Processo n.º IC.00857.00073/2014: Objeto: apurar dano ambiental consistente na derrubada de árvores nativas das espécies araucária, angico, entre outras,em estágio avançado de regeneração, com o uso de trator de esteiras da empresa Viahlodi, fora de APP e sem licença do órgão ambiental competente. Local: Linha Paloschi, interior de São João da Urtiga, RS. Investigado: Viahlodi - Locadora de Equipamentos Hidráulicos Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 77) Processo n.º PI.00857.00021/2015: Objeto: averiguar possível pulverização irregular de agrotóxicos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 78) Processo n.º IC.01234.00076/2015: Objeto: averiguar acerca da disponibilização de vagas de estacionamento para idosos no município de Santana do Livramento, bem assim quanto à fiscalização do uso adequado destas. 79) Processo n.º IC.01234.00112/2016: Objeto: apurar o funcionamento do empreendimento denominado Barraca Austrália, situado na Avenida Saldanha da Gama, 2430, nesta Cidade, de propriedade de Renato Benedito de Souza, sem Licença de Operação. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 80) Processo n.º IC.00872.00068/2016: Objeto: verificar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento comercial denominado 'Pink Bar';. Local: Rua Coronel Inocêncio de Oliveira, n.º 515, Bairro Dytz, Santo Ângelo. Investigado: Pink Bar. 81) Processo n.º IC.00872.00084/2015: Objeto: verificar o lançamento de esgoto a céu aberto. Local: Rua Marques do Herval, trecho próximo ao Arroio Itaquarinchim, em Santo Ângelo, RS. Investigado: Município de Santo Ângelo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 82) Processo n.º IC.00878.00067/2015: Objeto: apurar a notícia de irregularidades na Mecânica Agrícola Missões, localizada na Rua Félix da Cunha, n.º 1067. Interessada: Carmen Talita Chagas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 83) Processo n.º IC.00882.00004/2013: Objeto: investigar as contratações temporárias de servidores do município de São Francisco Paula, além da necessidade de concurso público para os cargos inexistentes no quadro de servidores efetivos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 84) Processo n.º IC.00889.00082/2012: Objeto: criação de animais de grande

porte no perímetro urbano. Local: Rua Pelotas, Machadinho. Investigada: Maria Ana de Souza. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 85) Processo n.º IC.00903.00024/2016: Objeto: apurar o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora e sem a devida licença ambiental em área urbana em desacordo com o Plano Diretor Municipal, constando como investigada Luciana Rocha Santos –ME, nome fantasia PQI Produtos Químicos Industriais. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 86) Processo n.º IC.00906.00039/2007: Objeto: processo de Dispensa de Licitação n.° 18/2005. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera:** 87) Processo n.º IC.00909.00009/2016: Objeto: presidente do Grupo Folclórico Cultivo do Passado. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 88) Processo n.º PA.00911.00187/2014: Objeto: resposta ao E-mail recebido do CAO Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, informando que o Município de Riozinho não possui Plano Municipal para atendimento das Medidas Sócio Educativas. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 89) Processo n.º IC.00911.00031/2016: Objeto: acompanhamento da correta aplicação os recursos em educação. Investigado: Município de Taquara. Local: Taquara/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 90) Processo n.º IC.00913.00003/2012: Objeto: dano ambiental, consistente em queimada em vegetação nativa, fora de APP. Partes: Jorge Bacedoni da Rosa. Local: Linha Jaburiti, Barra do Guarita/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 91) Processo n.º IC.00929.00023/2016: Objeto: poluição ambiental causada pelo vazamento de dejetos no solo e em curso hídrico, decorrentes da atividade de suinocultura (atividade desenvolvida com licença de operação vencida). Investigados: Vilmar Guzzo e Jurandir Guzzo. Local: Capela Nossa Senhora do Caravaggio, Vila Flores, RS. 92) Processo n.º IC.00929.00026/2016: Objeto: atividade de suinocultura em desconformidade com a licença de operação vigente, causando poluição ambiental, em razão do transbordamento das esterqueiras, causando lançamento de dejetos no solo e em curso hídrico sem o tratamento adequado. Investigado: Idílio Carbonera. Local: Linha Marechal Deodoro da Fonseca, Capela Nossa Senhora do Caravagio, Vila Flores, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 93) Processo n.º IC.00931.00061/2011: Objeto: apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde das pessoas com deficiência mental residentes no Hospital Colônia de Itapuã, decorrente das precárias condições físicas do refeitório e da carência de profissionais que lá laboram, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 94) Processo n.º IC.00931.00111/2014: Objeto: investigar a prática de ato de improbidade administrativa por parte de Atidor da Silva da Cruz e Jorge de Souza de Azevedo, em razão de revelar fato de que tinham conhecimento em razão de cargo, bem como influir na modificação de Decreto expedido pelo Poder Executivo para favorecimento de terceiros. **RELATOR: CONSELHEIRO ALCEU SCHOELLER DE MORAES: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 95) Processo n.º IC.00732.00008/2010: Objeto: apurar a ocorrência de poluição hídrica causada pela empresa Alimentícia Camal (BR 116), com o provável lançamento de resíduos líquidos provenientes de processamento de parboilização de arroz em um valo de irrigação, atingindo o corpo hídrico denominado Arroio Duro, sendo que há relatos de morte de animais de grande porte (cavalos, patos e marrecos) após ingestão de água naquele local. 96) Processo n.º IC.00732.00070/2011: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente de funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor em desacordo com a Licença de Operação da FEPAM, pela empresa Camaquã Alimentos, de Camaquã/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 97) Processo n.º IC.01128.00090/2010: Objeto: averiguar as demandas de recursos humanos e estrutura física junto às unidades de saúde na região da Lomba do Pinheiro. **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios:** 98) Processo n.º IC.00771.00041/2015: Objeto: apurar possível superfaturamento de obra custeada pela CORSAN, o que configura ato de improbidade administrativa. Investigados: CORSAN, JLV Construtora Ltda. e Carlaile Dall'agnol, Gerente da unidade da CORSAN de Farroupilha/RS. Local: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre:** 99) Processo n.º IC.00936.00013/2012: Objeto: apurar irregularidades em concurso público realizado no município de Tunas, consistente na suposta nomeação de candidatos indicados. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha:** 100) Processo n.º IC.00717.00020/2014: Objeto: apurar a qualidade da erva-mate produzida pelas indústrias situadas nos Municípios que compõem a Comarca de Arvorezinha, a citar: Arvorezinha, Ilópolis, Iputinga e Itapuca, a fim de verificar se apresentam risco ao consumidor. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 101) Processo n.º IC.00726.00010/2011: Objeto: apurar eventuais irregularidades no atendimento prestado pela Farmácia Municipal, em face do grande número de ações judiciais movidas para obtenção de medicamentos constantes nas listas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:** 102) Processo n.º IC.00729.00008/2015: Objeto: averiguar ato de improbidade administrativa do Administrador Municipal de Novo Cabrais, em razão de pagamento de adicional de férias acima do previsto ao Prefeito e Vice-Prefeito, em 2008 (item 23 do Relatório do TCE). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 103) Processo n.º IC.00739.00014/2016: Objeto: apurar lesão aos consumidores em razão de suposta abusividade no aumento da tarifa de energia elétrica praticada pela concessionária. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 104) Processo n.º IC.00739.00013/2015: Objeto: investigar a falta de infraestrutura e equipe técnica do município de Nova Santa Rita para executar as medidas socioeducativas em meio aberto. Local: Nova Santa Rita/RS. Investigado: município de Nova Santa Rita. 105) Processo n.º IC.00739.00110/2015: Objeto: apurar a inexistência de FICAI

na Escola Estadual de Educação Básica de Nova Santa Rita, em que pese o alto índice de abstenção. Investigado: Escola Estadual de Educação Básica de Nova Santa Rita. Local: Nova Santa Rita/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 106) Processo n.º IC.00949.00159/2014: Objeto: apurar eventuais irregularidades no Encontro de Motos do ano de 2013, ocorrido no Município de Xangri-lá/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 107) Processo n.º IC.00743.00013/2013: Objeto: investigar possíveis danos e/ou irregularidades ambientais e sanitárias decorrentes do desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora de matadouro/abatedouro, sem o pertinente licenciamento ambiental emitido pelo órgão ambiental competente e sem o devido registro junto ao órgão oficial de inspeção sanitária, em propriedade rural localizada na Linha Modelo, próximo ao Distrito Industrial, interior do Município de Chapada/RS. Investigado: Mário Luiz Penz. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça - Especializada de Caxias do Sul - 2º e 5º Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta:** 108) Processo n.º IC.00748.00298/2010: Objeto: inexistência de permissão/concessão válida para funcionamento do sistema de transporte coletivo público seletivo em Caxias do Sul, por anulação da licitação em ação judicial. Requerente: Jose Pedro Bossle. Investigado: Município de Caxias do Sul. Local: em Caxias do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 109) Processo n.º IC.00763.00068/2016: Objeto: investigar a ocorrência de irregularidades sanitárias praticadas por Ademir Dominiak, na banca por ele mantida na Feira do Produtor, localizada na Rua JB Cabral, n.º. 220, em Erechim. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 110) Processo n.º IC.00770.00030/2013: Objeto: investigar possíveis irregularidades ambientais, consistente na emissão de poluição atmosférica e sonora pela "Tornearia do Wilsão". Investigado: Wilson Pedro Diedrich. Local: Estrela/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 111) Processo n.º IC.00781.00011/2016: Objeto: apurar a regularização de lavagem de automóvel. 112) Processo n.º IC.00781.00012/2016: Objeto: apurar a regularização da lavagem de automóvel. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 113) Processo n.º IC.00783.00010/2016: Objeto: apurar o cumprimento de jornada de trabalho inferior àquela efetivamente registrada por servidores na Escola Raymundo Scherer. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina:** 114) Processo n.º IC.00791.00006/2013: Objeto: dano ambiental - destruição em área de preservação permanente. Parte: Luís Dalmor Fidêncio Maia. Local: Mato Queimado, interior de Horizontina. 115) Processo n.º IC.00791.00018/2011: Objeto: dano ambiental. Partes: Elvino Edmundo Reckziegel. Local: Lajeado Seco - interior do município de Horizontina-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 116) Processo n.º IC.00933.00018/2009: Objeto: investigar a demolição do imóvel localizado na Rua Gen. Ernesto Dornelles, n.º 245, pertencente a Anita Engellmann, registrado sob a Matrícula n.º 429 - Livro 2 - do Registro de Imóveis de Taquara. Investigados: Anita Engellmann, Terra Nova Comércio de Imóveis e Combustíveis Ltda e Município de Igrejinha. Local: Igrejinha/RS. 117) Processo n.º IC.00933.00078/2014: Objeto: apurar corte ilegal de espécies nativas da mata atlântica. Investigados: Fernando Rodrigo da Silva e Gilberto José Backes. Local: Serra Grande, Igrejinha/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Tânia Maria Schneider Cavalini:** 118) Processo n.º IC.01349.00035/2014: Objeto: reconstituir a mata ciliar do Rio Conceição na propriedade do investigado João da Silva Alves, sendo o imóvel situado na Localidade de Arroio Bonito, interior do Município de Augusto Pestana/RS. 119) Processo n.º IC.01349.00045/2014: Objeto: reconstituir a mata ciliar do Rio Conceição na propriedade do investigado Loiri Dobrahinski, sendo o imóvel situado na Localidade de São Miguel, interior do Município de Augusto Pestana/RS. 120) Processo n.º IC.01349.00122/2011: Objeto: reconstituir a mata ciliar do Rio Ijuizinho nas propriedades do investigado Luiz Clóvis Pillatt, sendo os imóveis situados na Localidade de Esquina São Jorge-Cará, interior do Município de Jóia/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 121) Processo n.º IC.00801.00003/2011: Objeto: apurar eventual poluição sonora decorrente das atividades da empresa. Investigado: Naturale - Comércio de Cereais Ltda. Local: Lagoa Vermelha. 122) Processo n.º IC.00801.00037/2014: Objeto: apurar dano ambiental, consistente em fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Clube de Sauna de Lagoa Vermelha. Local: Lagoa Vermelha - RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 123) Processo n.º IC.01175.00026/2016: Objeto: utilização de fornos de carvão vegetal sem autorização dos órgãos competentes no Município de Brochier/RS. Investigado: Hedio Georg. 124) Processo n.º IC.01175.00046/2015: Objeto: utilização de fornos de carvão vegetal sem autorização dos órgãos competentes no Município de Brochier/RS - Marlise Maria Hartmann. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões:** 125) Processo n.º IC.00818.00003/2013: Objeto: aferir venda e/ou fornecimento de bebidas alcoólicas, cigarros e assemelhados a adolescente no estabelecimento denominado Danceteria Schoupannas, localizada no município de Palmeira das Missões. Investigado: Cesar da Costa Oliveira (Boate Shoupannas). 126) Processo n.º IC.00818.00021/2009: Objeto: investigação acerca do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) de Palmeira das Missões não estar exercendo plenamente e satisfatoriamente as suas atribuições legais, tendo por investigado o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Palmeira das Missões - COMDICA. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 127) Processo n.º IC.00952.00026/2015: Objeto: funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 128) Processo n.º IC.00820.00017/2017: Objeto:prática de danos à fauna - aves silvestres em cativeiro, na localidade da Rua Antonio Perez Valendorf, 246, nesta cidade, tendo como investigada Renilda Ferreira de Ramos e como requerente o 3º BABM. 129) Processo n.º IC.00820.00044/2017: Objeto: prática de danos contra a fauna - aves em cativeiro sem autorização do

órgão ambiental competente, na localidade da Rua Valentim Grazziotin, 315, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, tendo como investigada Marta Aparecida Goettems e como requerente 3º BABM. 130) Processo n.º IC.00820.00112/2016: Objeto: fauna - aves silvestres em cativeiro, no município de Mato Castelhano, Capingui Flona, tendo como investigado Ademir Antonio da Silva. 131) Processo n.º IC.00820.00192/2016: Objeto: desmatamento, na localidade de Rio da Várzea BR 285 KM 310, tendo como investigado Guilherme Zanata. 132) Processo n.º IC.00820.00227/2016: Objeto: danos à fauna - aves silvestres em cativeiro, na localidade da Avenida Quinto Giongo, 101, Bairro Victor ISLER, nesta cidade, tendo como investigada Jaqueline dos Santos Xavier e como requerente o 3º BABM. 133) Processo n.º IC.00820.00242/2016: Objeto: prática de danos à fauna - aves em cativeiro, na localidade Rua Tupancireta, 243, nesta cidade, próximo ao Bairro 1 Centenário, tendo como investigado Daniel de Souza e como requerente o 3º BABM. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 134) Processo n.º IC.00820.00245/2008: Objeto: apurar a insuficiência e falta de vagas nas escolas municipais de educação infantil de Passo Fundo. Investigado: Município de Passo Fundo. Local: Passo Fundo. 135) Processo n.º IC.00820.00340/2009: Objeto: verificação da regularidade do funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frederico Ferri. 136) Processo n.º IC.01136.00002/2011: Objeto: acompanhamento das medidas adotadas em face dos atos de vandalismo ocorridos na Escola Municipal de Ensino fundamental São Luiz Gonzaga e apuração de irregularidades no serviço educacional prestado no referido estabelecimento escolar, relacionados à insuficiência/inadequação dos recursos humanos e materiais disponibilizados, dentre outros problemas. Investigado: município de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo e Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga. Local: Passo Fundo. 137) Processo n.º IC.01136.00031/2011: Objeto: apuração da necessidade de disponibilização e/ou ampliação de vigilância para a Escola Estadual de Ensino Médio Mário Quintana, no Bairro Edmundo Trein, na cidade de Passo Fundo. 138) Processo n.º IC.01136.00057/2011: Objeto: apuração da necessidade de disponibilização e/ou ampliação da oferta de ensino infantil no Loteamento Maggi de Césaro, na cidade de Passo Fundo. Investigado: município de Passo Fundo. Local: Passo Fundo. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 139) Processo n.º IC.00824.00057/2017: Objeto: acompanhamento regularização GSVG empresa privada vigilância não armada Comarca Pelotas. Investigado: Eliana Jardim Jardim ME. Local: Pelotas/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 140) Processo n.º IC.01134.00008/2017: Objeto: investigar a regularidade das atividades da Escola de Educação Infantil Ursinhos Travessos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 141) Processo n.º IC.00852.00108/2016: Objeto: apurar possível funcionamento irregular do investigado, dada a notícia de ausência de autorização da Brigada Militar para seu funcionamento. Investigado: Sheriff Segurança Eletronica LTDA. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo da Silva Cirne:** 142) Processo n.º IC.00857.00022/2008: Objeto: corte irregular de vegetação nativa. Local: Linha Farroupilha, São João da Urtiga, RS. Investigado: Valdir Antônio Bergamim. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 143) Processo n.º IC.00857.00018/2007: Objeto: corte raso de vegetação nativa. Local: Capela São Francisco, Sananduva/RS. Investigado: Francisco Garcia. Requerente: PATRAM - São José do Ouro/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 144) Processo n.º IC.00864.00013/2014: Objeto: possível ilegalidade na aprovação de construção na construção de prédio residencial de mais de 06m de altura (ou 02 andares) em área (ao menos em parte) integrante do regime urbanístico especial instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 078/2010 de Santa Maria, em terreno com testadas tanto para a Rua Virgínia Nicolodi como para a Rua General Osório (n.º 205), no residencial/loteamento Vila Madre Paulina, em Santa Maria. Investigados: Município de Santa Maria e Paulo Parcianello. 145) Processo n.º IC.00865.00028/2014: Objeto: corte de árvores nativas sem licenciamento ambiental, no parque da Basílica da Nossa Senhora Medianeira, em Santa Maria. Investigados: Vanoly Astigarraga Vasconcelos e Sulclean Serviços Ltda. Local: Rua Heitor Campos, n.º 45, Santa Maria/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 146) Processo n.º IC.00872.00079/2015: Objeto: verificar o dano ambiental oriundo da intervenção não autorizada, em área de preservação permanente, e a deposição irregular de embalagens vazias de substâncias agrotóxicas;. Local: Localidade de Rincão dos Coimbra, Interior do Município de São Miguel das Missões, RS. Investigado: Sadi Piccoli. 147) Processo n.º PI.00872.00025/2017: Objeto: verificar a regularidade da atividade de depósito, distribuição e comercialização de gás liquefeito, desenvolvido pela empresa investigada;. Local: Av. Venâncio Aires, n.º 2132, Bairro Centro, na Cidade de Santo Ângelo, RS. Investigado: Missioneira Comércio de Gás Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 148) Processo n.º IC.01132.00056/2012: Objeto: verificar o aumento de vagas na educação infantil (creches). Local: Município de Porto Lucena, RS. Investigado: Município de Porto Lucena, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 149) Processo n.º IC.00878.00059/2015: Objeto: apurar informação de falta de PPCI. Investigado: Piquete Tiro de Laço. Local: Esquina das Ruas Frei Caneca Com a Rua Álvaro Batista, 2615, Paraboi, São Borja. 150) Processo n.º IC.00878.00081/2014: Objeto: comércio de lenha e toco de madeira sem licença ambiental. Local: Rua Borges do Canto, 518. Tiro, São Borja. Reclamado: Antônio Moisés Belmonte do Santos. Reclamante: Patram. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 151) Processo n.º IC.00889.00103/2013: Objeto: referente a Crime Ambiental por supressão de árvores nativas através de destoque com um carregador, sem licença ambiental. Investigado: Maico Viero. Local: Linha Fabiano. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 152) Processo n.º IC.00890.00007/2016: Objeto: investigar possíveis irregularidades sanitárias. Investigado: Paulo Roberto Nazário Junior. Local: Rua Vallercy Martins da Silva, n.º 140, Bairro Scharlau, nesta cidade. **Encaminhado por 3º Promotor de**

Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo: 153) Processo n.º IC.00891.00012/2015: Objeto: apurar atos de improbidade administrativa em prescrições médicas realizadas pelos médicos Thaís Queiroz Rebello, Luiza Madruga e Rogério Neves no âmbito da Fundação Hospital Centenário. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 154) Processo n.º IC.00901.00077/2015: Objeto: apurar eventual dano ambiental decorrente da criação irregular de animais em imóveis localizados na Rua Ernesto Antônio de Paulo, altura do n.º 159. Bairro: São Luiz, em Sapiranga/RS, tendo por investigado Neri Ferreira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara:** 155) Processo n.º IC.00908.00022/2015: Objeto: investigar se ocorreu dano ambiental consistente em manter depósito irregular de peças de veículos acidentados (ferro velho) a céu aberto, como tanques de combustível, bancos, portas, para-choques, vidros, painéis, carcaças, dentre outros, sem autorização do órgão ambiental competente. Local do Fato: Rua Dom Pedro II, Bairro São Paulo, Tapejara, RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 156) Processo n.º IC.00911.00007/2017: Objeto: apurar possível dano ambiental pela supressão de vegetação nativa sem licença ambiental. Investigado: João Eloi Berwanger. Local: Rolante/RS. 157) Processo n.º IC.00911.00053/2015: Objeto: possíveis atos ímprobos pela utilização de bens públicos em beneficio particular, bem como pelo eventual desvio de função de servidora publica municipal. Local Taquara/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 158) Processo n.º IC.00914.00100/2016: Objeto: funcionamento de estabelecimento comercial sem a devida licença ambiental e com irregularidades sanitárias, situado na Rua Toledo, 470, Campo Bonito, Torres/RS. Investigado: José Clóvis Rodrigues e José Clóvis Rodrigues-ME. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 159) Processo n.º IC.00915.00029/2011: Objeto: apurar a existência de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Tramandaí, de modo sistemático e não devidamente apurado pelas autoridades competentes. Local: Tramandaí, Investigados: Município de Tramandaí e Estado do Rio Grande do Sul. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 160) Processo n.º IC.00915.00113/2016: Objeto: investigar possível nomeação irregular de servidor Municipal de Imbé, referente o Edital do Concurso Público n.º 002/2015. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana:** 161) Processo n.º IC.00922.00089/2013: Objeto: apurar o ilícito ambiental consistente em atividade potencialmente poluidora mediante depósito de produtos químicos sem autorização do órgão ambiental competente, em Uruguaiana/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 162) Processo n.º IC.00924.00012/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa, consistente em restringir o caráter competitivo de Licitação para aquisição de combustíveis, no Município de Pinhal da Serra/RS. Investigado: Município de Pinhal da Serra. Local: Pinhal da Serra/RS. Data: 25/05/2016. 163) Processo n.º IC.00924.00162/2014: Objeto: apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa, consistente na aquisição de combustíveis para os veículos do município, com inexigibilidade indevida de licitação, praticado no âmbito do Poder Executivo Municipal de Pinhal da Serra. Investigado: Poder Executivo Municipal de Pinhal da Serra. Local: Pinhal da Serra. Data: 11/12/2014. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz:** 164) Processo n.º IC.00928.00001/2014: Objeto: apurar a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes no estabelecimento Supermercado Alegria, situado na Rua Nestor Frederico Henn, 2255, Vera Cruz-RS. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 165) Processo n.º IC.00832.00013/2017: Objeto: apurar possível comercialização de produto impróprio ao consumo (combustível). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 166) Processo n.º IC.01128.00125/2016: Objeto: averiguar eventuais irregularidades na ILPI Vivência Residencial Geriátrico Ltda, de propriedade de Maria Janete dos Santos, estabelecido na Praça Ponaim, n.º 26, Bairro Jardim Lindoia, nesta Capital. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 167) Processo n.º IC.00739.00101/2013: Objeto: apurar dano ambiental em razão do funcionamento de atividade potencialmente poluidora (fabricação de móveis de madeira) sem prévio licenciamento ambiental. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado:** 168) Processo n.º IC.00760.00026/2015: Objeto: apurar a ocorrência de poluição hídrica por meio de lançamentos de dejetos no Arroio Lambari, em Encantado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 169) Processo n.º IC.00771.00075/2013: Objeto: supressão de vegetação nativa, sem Alvará de Serviços Florestais. Investigado: Osvaldo Girelli. Local: Linha Jansen, interior de Farroupilha. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé:** 170) Processo n.º IC.00788.00050/2013: Objeto: fracionamento do solo e aumento de açude desprovidos de licença de operação. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 171) Processo n.º IC.00801.00033/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente na intervenção em área de preservação permanente para construção de açude. Investigado: Orlei Rankrape. Local: Lagoa Vermelha - RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 172) Processo n.º IC.00814.00005/2017: Objeto: apurar a possível existência de situação de risco a quatro animais da espécie canina na residência da Rua Primeiro de Março, n.º 4010, casa 23, nesta Cidade, de propriedade de Jardelino Ferreira Roque. Local: Rua Primeiro de Março, n.º 4010, casa 23, Novo Hamburgo. Investigado: a apurar. 173) Processo n.º IC.00814.00122/2016: Objeto: apurar possíveis danos ao meio ambiente decorrentes de criação irregular de suínos, em Área de Preservação Permanente - APP, situada na Estrada das Tranqueiras, n.º 1250, Bairro Lomba Grande, em Novo Hamburgo, de responsabilidade de Jair da Silva. Investigado: Jair da Silva. Local: Estrada das Tranqueiras, n.º 1250, Bairro lomba Grande, Novo Hamburgo. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 174) Processo n.º IC.00820.00075/2017: Objeto: apurar a regularidade de

aumentos das mensalidades do Colégio Marista Conceição, à luz da Lei 9.870/99. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 175) Processo n.º IC.00820.00158/2013: Objeto: prática de danos em área de preservação permanente - abertura irregular de vala, localizada na localizada de Nossa Senhora de Lourdes, interior, município de Mato Castelhano, tendo como Investigado: David Rossato. 176) Processo n.º IC.00820.00215/2016: Objeto: danos à flora - cortes e poda irregular de árvores - na localidade de Avenida João Catapan, 733, neste município. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas:** 177) Processo n.º IC.00825.00009/2016: Objeto: inquérito civil instaurado para fins de realização de termo de ajustamento de conduta, em face do verificado em vistoria na instituição de longa permanência de idosos - ILPI Luz Aires - Lar de Idosos, situada na Rua João Pessoa, 279, em Pelotas/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 178) Processo n.º IC.00853.00004/2017: Objeto: investigar dano ambiental pela posse ilegal de pássaros silvestres. 179) Processo n.º IC.00853.00006/2017: Objeto: investigar dano ambiental pela posse ilegal de pássaros silvestres. 180) Processo n.º IC.00853.00032/2016: Objeto: investigar a legalidade e emissão de poluição sonora produzida por práticas religiosas no prédio localizado na Rua Princesa do Sul, 99, Bairro Princesa Sul (Querência - local do antigo hotel), nesta cidade. 181) Processo n.º IC.00853.00090/2013: Objeto: averiguar empreendimento de comércio varejista de GLP. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí:** 182) Processo n.º IC.01129.00026/2015: Objeto: apurar o dano ambiental decorrente da construção de dois açudes em área de preservação permanente, figurando como investigada a empresa Grandespe. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 183) Processo n.º IC.01234.00023/2016: Objeto: tanque de óleo diesel em local não apropriado e embalagens de agrotóxicos a céu aberto, em propriedade de Tiago Rubin Rossato, no Município de Santana do Livramento. 184) Processo n.º IC.01234.00069/2016: Objeto: investigar a prática de irregularidades lesivas ao consumidor, praticadas pelos estabelecimentos CampoMar e Romeu e Julieta, em Santana do Livramento; relativas à cobrança distinta de acordo com a forma da pagamento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 185) Processo n.º IC.00867.00027/2015: Objeto: acompanhar o desenvolvimento das atividades de operação da usina de biodiesel, bem como da sua regularização junto ao órgão ambiental. Investigada: Coopersol Cooperativa Mista Agropecuária e Economia Solidária Ltda. Local: Santa Rosa. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 186) Processo n.º IC.00872.00019/2017: Objeto: verificar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento comercial denominado Santo Chopp. Local: Rua Vinte e Cinco de Julho, n.º 719, Centro, na cidade de Santo Ângelo, RS. Investigado: Santo Chopp Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Marcos:** 187) Processo n.º IC.00948.00010/2014: Objeto: adequação à legislação de prevenção contra incêndios e outras medidas de segurança. Local: imóveis pertencentes à Mitra Diocesana de Caxias do Sul. Paróquia de São. Marcos. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 188) Processo n.º IC.00907.00019/2012: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de construção em solo não edificado, sem licença do órgão ambiental competente. Local: Localidade de Santos Vaz, interior do Município de Ibirapuitã/RS. Investigado: Alipio Muller. 189) Processo n.º IC.00907.00082/2012: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa de estágio inicial de pequeno porte, atingindo uma área de 0,23 hectares, sem licença do órgão ambiental competente. Local: Linha Pontão da Boa União, interior, Município de Soledade/RS. Investigado: Oneide Luiz Gheller. 190) Processo n.º IC.00907.00106/2014: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente de atividade de captação de água subterrânea (poço tubular), sem a devida outorga ou cadastro competente. Investigado: Oneide Teresinha Schenato. Local: Rua Presidente Kenedy, s/n., em Soledade/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 191) Processo n.º IC.00911.00048/2012: Objeto: extração irregular de arenito. Investigado: Jairo Neri Vicente Neves. Local: Estrada Pega Fogo Baixo, n.º 100, Localidade de Pega Fogo, Taquara/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 192) Processo n.º IC.00913.00050/2015: Objeto: limpeza de açude, em APP, sem licença ambiental, interrompendo o curso natura da água. Local: Rua Tibiriçá, Tenente Portela/RS. Partes: Marcos Luis Mantelli. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora

AVISO N.º 51/2017

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 15 de Agosto de 2017, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 01) Processo n.º PR.00975.00166/2017-2: SIM - IC.01623.000.111/2016 - Objeto: apurar supostas irregularidades na nomeação e manutenção de servidores comissionados na Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás após a declaração de inconstitucionalidade da Ordem de Serviço do Governador n.º 004/1999-2002 pelo Tribunal de Justiça do RS na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 70005696257, e o término da vigência da Ordem de Serviço do Governador n.º 041/1999-2002, a qual, em tese, também padece de

inconstitucionalidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 02) Processo n.º PR.00975.00167/2017-0: SIM - IC.01631.000.200/2017 - Objeto: apurar produção e comercialização de alimentos (abobrinha) com resultado insatisfatório em relação ao uso de agrotóxicos. (TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 03) Processo n.º PR.00975.00168/2017-8: SIM - IC.01634.000.307/2017 - Objeto: apurar produção e comercialização de produto (abobrinha) com resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 04) Processo n.º PR.00975.00169/2017-6: SIM - IC.01631.000.313/2017 - Objeto: apurar comercialização de produto (pepino) com resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 05) Processo n.º PR.00975.00170/2017-4: SIM - IC.01631.001.317/2016 - Objeto: apurar exercício abusivo de direito pelos shopping centers e suas administradoras na adoção de cláusula de raio em contratos de locação de espaços comerciais na cidade de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 06) Processo n.º PR.00975.00171/2017-2: SIM - IC.01631.000.052/2017 - Objeto: apurar produção e comercialização de morangos com índices de agrotóxicos insatisfatórios. Produtor: Granja Munchen (Lino Munchen) - TAC Detentor do produto: Lino Munchen (CEASA). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 07) Processo n.º PR.00975.00172/2017-0: SIM - IC.PR.00975.00171/2017-2 - Objeto: apurar o resultado insatisfatório em relação ao uso de agrotóxicos. **Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 08) Processo n.º PR.00975.00173/2017-8: SIM - IC.01631.000.335/2017 - Objeto: apurar a comercialização de cerveja fora dos padrões de identidade e qualidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 09) Processo n.º PR.00975.00174/2017-6: SIM - IC.01631.000.050/2017 - Objeto: apurar resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos na produção de morango. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Feliz:** 10) Processo n.º PR.00975.00176/2017-1: SIM - IC.01445.000.001/2016 - Objeto: apuração de supostas irregularidades ocorridas durante concurso público (edital n.º 02/2016) para Tesoureiro no município de Linha Nova. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 11) Processo n.º PR.00975.00177/2017-9: SIM - IC.01631.000.344/2016 – Objeto: apurar realização de débitos indevidos pela Pro Teste (www.proteste.org.br) na conta corrente do reclamante, sem autorização. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 12) Processo n.º PR.00975.00178/2017-7: SIM - IC.01631.000.047/2017 - Objeto: apurar resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos na produção de morangos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 13) Processo n.º PR.00975.00180/2017-3: SIM - IC.01633.000.178/2016 - Objeto: denúncia dos Eventos que acontecem com muita frequência, na Cidade Baixa, na Rua República, entre a Av.Praia de Belas e Rua João Alfredo, aos domingos, das 11h. às 22h. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 14) Processo n.º PR.00975.00210/2017-8: SIM - IC.01631.000.043/2017 - Objeto: produção e comercialização de morangos com índices de agrotóxicos insatisfatórios. (TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 15) Processo n.º PR.00975.00211/2017-6: SIM - 01631.000.051/2017 - Objeto: apurar produção e comercialização de morangos com índices de agrotóxicos insatisfatórios. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 16) Processo n.º PR.00975.00212/2017-4: SIM - 01631.000.798/2016 - Objeto: deficiência de informações ou prática abusiva no fornecimento de produtos pelo sistema "Marketplace". **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 17) Processo n.º PR.00975.00214/2017-0: SIM - 01631.000.054/2017 - Objeto: resultado insatisfatório em relação ao uso de agrotóxicos na produção de morangos . **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 18) Processo n.º PR.00975.00215/2017-7: SIM - 01631.000.053/2017 - Objeto: resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos na produção de morangos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos:** 19) Processo n.º PR.00975.00216/2017-5: SIM - 01790.000.001/2016 - Objeto: irregularidades nos serviços prestados pela Clínica Ferreira Ltda e seu sócio proprietário Odécio Paulo Ferreira. **Encaminhado por Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 20) Processo n.º PR.00975.00217/2017-3: SIM - 01633.000.021/2016 - Objeto: averiguar danos ambientais causados por acúmulo de resíduos em terreno localizado na Rua Tito Lívio Zambecari, n.º 644, Bairro Mont'Serrat, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 21) Processo n.º PR.00975.00219/2017-9: SIM - 01920.000.165/2017 - Objeto: em tese, uso de agrotóxico em perímetro urbano. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 22) Processo n.º PR.00975.00220/2017-7: SIM - 01631.001.337/2016 - Objeto: trata-se de laudo (n.º 24435) encaminhado pelo CEVS com resultado insatisfatório quanto aos agrotóxicos para o produto pepino. **Encaminhado por Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 23) Processo n.º PR.00975.00221/2017-5: SIM - 01633.000.546/2016 - Objeto: desmatamento e construção de tanques de combustível em uma área na Rua João Inácio da Silveira, 1026, na Ilha Grande dos Marinheiros, nesta cidade. **Encaminhado por Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 24) Processo n.º PR.00975.00222/2017-3: SIM - 01633.000.061/2016 - Objeto: descarte de resíduo líquido em via pública na Av. São Paulo, 245, bairro São Geraldo, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 25) Processo n.º PR.00975.00224/2017-9: SIM - 01631.000.034/2017 - Objeto: produção e comercialização de alface crespa com resultado insatisfatório em relação aos agrotóxicos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Gaurama:** 26) Processo n.º PR.00975.00225/2017-6: SIM - 01766.000.143/2016 - Objeto: compensação da área degradada pela extração de pedras na localidade de Linha Badotti, interior do Município de Viadutos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Guarani das Missões:** 27) Processo n.º PR.00975.00226/2017-4: SIM -

01778.000.069/2017 - Objeto: acompanhamento da implantação da Rede de Atenção de Saúde Mental e Sistema Único de Assistência Social no Município de Guarani das Missões (Peças do IC.15/2015, devolvidas pelo CSMP para fins de instauração de expediente relativo ao Município de Guarani das Missões/RS). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre:** 28) Processo n.º PR.00975.00228/2017-0: SIM - 01629.000.027/2017 - Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual risco de incêndio e/ou inexistência dos equipamentos mínimos de prevenção contra incêndio, bem como ausência de Alvará de Localização e Funcionamento, no estabelecimento denominado Bingo Coliseu e Roma, localizado na Avenida Princesa Isabel, 55, bairro Azenha, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Gaurama:** 29) Processo n.º PR.00975.00229/2017-8: SIM - 01766.000.104/2016 - Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa em face de possível utilização de bens e equipamentos públicos em benefício de candidato. **Encaminhado por Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 30) Processo n.º PR.00975.00230/2017-6: SIM - 01633.000.549/2016 - Objeto: poluição sonora causada por encontros no Posto Shell da Av. Assis Brasil, 6032, Bairro Sarandi, nesta cidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate aos Crimes Licitatórios:** 31) Processo n.º PR.00975.00231/2017-4: SIM - 02360.000.010/2017 - Objeto: apurar a regularidade da celebração de convênios, pela Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar (ASSTBM), com cirurgiões dentistas para atendimentos odontológicos em detrimento de aprovados no Concurso Público para o Ingresso no Curso Básico de Oficiais de Saúde - CBOS da Brigada Militar Edital DA/DRESA N.º CBOS 41/2014, SPI n.º 008124-12.03/11-9. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen:** 32) Processo n.º PR.00975.00232/2017-2: SIM - Declinação - Objeto: irregularidades na contratação de sociedades empresárias para a execução de obras públicas realizadas por meio de repasse de recursos federais - Contratos de Repasse n.º 784987/2013 e n.º 803354/2014, do Ministério das Cidades. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 33) Processo n.º PR.00975.00233/2017-0: SIM - 01633.000.046/2017 - Objeto: denúncia de poluição sonora de 02 motores instalados no pátio interno do Condomínio Edifício Comendador Thadeu Nedeff localizado na Av.Borges de Medeiros nr.659, centro histórico. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 34) Processo n.º PR.00975.00234/2017-8: SIM - 01631.000.678/2017 - Objeto: funcionamento ilegal de drogaria. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 35) Processo n.º PR.00975.00235/2017-5: SIM - 01633.000.168/2017 - Objeto: denúncia de Poluição Sonora do estabelecimento chamado "Bar Tabu 386" localizado na Rua Dr.Barros Cassal n.º 386, nesta cidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí:** 36) Processo n.º PR.00975.00236/2017-3: SIM - 01882.000.025/2016 - Objeto: situação familiar de A.P.H. que reside com os pais e tem um filho de 02 anos de idade, a mesma está extremamente nervosa e agressiva, colocando em risco seu filho e demais familiares. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 37) Processo n.º PR.00975.00237/2017-1: SIM - 01633.000.482/2016 - Objeto: poluição sonora causada pela banda musical da Escola Estadual Maria José Mabilde, na Av. Pres. Vargas, 129, Ilha da Pintada, Bairro Arquipélago, Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 38) Processo n.º PR.00975.00238/2017-9: SIM - 01920.000.436/2017 - Objeto: apurar irregularidade na divulgação dos preços dos combustíveis comercializados nos Municípios da Comarca. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 39) Processo n.º PR.00975.00242/2017-1: SIM - 01631.000.143/2017 - Objeto: apurar irregularidades na atividade de revenda de combustíveis. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre:** 40) Processo n.º PR.00975.00243/2017-9: SIM - 01629.000.024/2017 - Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio do prédio da Secretaria Estadual da Fazenda localizado na Rua Andrade Neves, 106, conjuntos 701 e 801, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 41) Processo n.º PR.00975.00245/2017-4: SIM - 01716.000.192/2017 - Objeto: funcionamento irregular do estabelecimento comercial Marilei Bielaski de Matos - ME. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 42) Processo n.º PR.00975.00246/2017-2: SIM - 01631.000.205/2017 - Objeto: resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos no produto abobrinha. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 43) Processo n.º PR.00975.00247/2017-0: SIM - 01748.000.001/2016 - Objeto: investigar possíveis irregularidades relacionadas ao contrato celebrado entre o Município de Dois irmãos e o Instituto Saúde e Educação Vida - ISEV para prestação de serviços de natureza hospitalar. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 44) Processo n.º PR.00975.00248/2017-8: SIM - Indeferimento - Objeto: encaminhamento, pela PJ Cível de Uruguaiana, de expediente contendo 3 reclamações. **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO DE LIMA VEIGA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 45) Processo n.º PR.00975.00106/2017-8: SIM - 01631.000.046/2017 - Objeto: produção de morangos com índices de agrotóxicos insatisfatórios. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 46) Processo n.º PR.00975.00107/2017-6: SIM - IC.01631.000.042/2017 - Objeto: resultado insatisfatório em relação ao uso de agrotóxicos na produção de morangos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 47) Processo n.º PR.00975.00109/2017-2: SIM - IC.01748.000.006/2017 - Objeto: apurar possíveis irregularidades junto aos cadastros de pacientes para agendamento de consultas de especialidades médicas do município de Morro Reuter. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 48) Processo n.º PR.00975.00110/2017-0: SIM - IC.01631.001.375/2016 - Objeto: produto com agrotóxicos (laudo 920.1P.0/2016, produto morango). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 49) Processo n.º PR.00975.00111/2017-8: SIM - IC.01623.000.206/2016 - Objeto: apurar demissões ilegais de servidores concursados, sem contraditório e ampla defesa, na

Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - Sulgás, com a geração de passivo trabalhista à empresa. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 50) Processo n.º PR.00975.00112/2017-6: SIM - IC. 01631.000.815/2016 - Objeto: publicidade abusiva de defensivos agrícolas. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Agudo:** 51) Processo n.º PR.00975.00113/2017-4: SIM - IC.01708.000.092/2016 - Objeto: apurar eventual uso irregular de marca registrada. Local: Rua Geribá, s/n, quase esquina com Rua do Salso, Vila Caiçara, Agudo/RS. Investigado: Eduardo Rosa da Cunha. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 52) Processo n.º PR.00975.00114/2017-2: SIM - IC.01623.000.130/2016 - Objeto: apurar irregularidades, em tese, na seleção e contratação de bailarinos para a Companhia Municipal de Dança de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 53) Processo n.º PR.00975.00115/2017-9: SIM - IC.01631.000.179/2016 - Objeto: deficiência na prestação de serviços e fornecimento de produtos impróprios ao consumo (TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 54) Processo n.º PR.00975.00116/2017-7: SIM - IC.01631.000.048/2017 - Objeto: resultados insatisfatórios em relação ao uso de agrotóxicos na produção de morangos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 55) Processo n.º PR.00975.00118/2017-3: SIM - IC.00829.000.002/2016 - Objeto: suposto desvio de finalidade na utilização de helicópteros adquiridos pela Secretaria Estadual da Saúde para atendimento de urgência do SAMU através do pregão eletrônico Edital PE n.º 980/13 (Processo n.º 103754-20.00/13-4). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 56) Processo n.º PR.00975.00119/2017-1: SIM - IC.01633.000.048/2016 - Objeto: averiguar denúncia de poluição sonora de festas rave na Rua Disnard n.º 92, bairro Santa Tereza, nesta cidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 57) Processo n.º PR.00975.00120/2017-9: SIM - IC.01631.000.671/2016 - Objeto: reclama que a Unilever lhe negou informação sobre a procedência da vitamina D3 que compõe vários produtos da empresa, sob a alegação que todas as informações obrigatórias pela legislação já constam nos rótulos. A reclamante alega que não consome produtos de origem animal e tem o direito de saber a procedência. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 58) Processo n.º PR.00975.00121/2017-7: SIM - IC.01631.000.345/2016 - Objeto: comercialização de ração para cachorro de forma irregular. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 59) Processo n.º PR.00975.00123/2017-3: SIM - IC.01633.000.023/2016 - Objeto: averiguar poluição sonora causada pelo Restaurante do Forte, localizado na Av. do Forte esquina rua Sapé, Bairro Cristo Redentor, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Três Coroas:** 60) Processo n.º PR.00975.00124/2017-1: SIM - IC. 01908.000.041/2016 - Objeto: perturbação tranquilidade e poluição sonora produzidos pela Igreja Evangélica Ministério Libertação Plena. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Três Coroas:** 61) Processo n.º PR.00975.00125/2017-8: SIM - IC.01908.000.027/2016 - Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. Local: Rua Guilherme Sauer, 1774, Três Coroas Partes: Roberto Branquier. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 62) Processo n.º PR.00975.00126/2017-6: SIM - IC.01748.000.087/2016 - Objeto: apurar poluição ambiental decorrente da dispersão irregular de particulados na natureza produzidos por indústria de esquadrias. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 63) Processo n.º PR.00975.00127/2017-4: SIM - IC 01631.000.044/2017 - Objeto: resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos na produção de morangos. - TAC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 64) Processo n.º PR.00975.00128/2017-2: SIM - IC01631.000.306/2017- Objeto: apurar resultado insatisfatório em relação ao uso de agrotóxicos.(TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 65) Processo n.º PR.00975.00129/2017-0: SIM - IC.01633.000.744/2016 - Objeto: apurar perturbação de sossego pela Banda Saldanha, localizada na Av. Padre Cacique, n.º 1355, Bairro Praia de Belas, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 66) Processo n.º PR.00975.00130/2017-8: SIM - IC.01631.000.033/2017 - Objeto: uso de agrotóxicos (produto alface). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 67) Processo n.º PR.00975.00131/2017-6: SIM - IC.01631.000.035/2017 - Objeto: Uso de agrotóxicos. - TAC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 68) Processo n.º PR.00975.00132/2017-4: SIM - IC.01631.000.045/2017 Objeto: apurar resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos na produção de morango.(TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 69) Processo n.º PR.00975.00133/2017-2: SIM - IC01631.000.202/2017 - Objeto: investigar a produção e comercialização de alimentos (abobrinha) com resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos. (TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 70) Processo n.º PR.00975.00134/2017-0: SIM - IC.01631.000.261/2016- Objeto: suposta lesão aos direitos dos consumidores, consistente na limitação de realização de exames autogerados pelos médicos cooperados, no percentil de 80. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Portão:** 71) Processo n.º PR.00975.00135/2017-7: SIM - IC.01816.000.088/2016 - Objeto: apurar depósito irregular de areia e brita na Rua Novo Hamburgo, s/n.º, no Município de Portão/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Catuípe:** 72) Processo n.º PR.00975.00136/2017-5: SIM - IC.01764.000.039/2016 - Objeto: danos contra a flora praticado, em tese, por Otilis Maro Ferrazza na localidade de Engenho Velho. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 73) Processo n.º PR.00975.00138/2017-1: SIM - IC.01631.001.316/2016 - Objeto: exercício abusivo de direito pelos shopping centers e suas administradoras na adoção de cláusula de raio em contratos de locação de espaços comerciais na cidade de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Portão:** 74) Processo n.º PR.00975.00139/2017-9: SIM = IC.01816.000.007/2016 - Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de falhas na gestão fiscal do ex-prefeito Wilson Capaverde apontadas pelo TCE,

com relação à prestação de contas do ano de 2012. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 75) Processo n.º PR.00975.00141/2017-5: SIM - IC.01631.000.203/2017 - Objeto: resultado insatisfatório em relação ao uso de agrotóxicos no produto abobrinha. (TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 76) Processo n.º PR.00975.00142/2017-3: SIM - IC.01631.000.308/2017 - Objeto: resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos no produto abobrinha. - TAC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Pedro Osório:** 77) Processo n.º PR.00975.00143/2017-1: SIM - IC.01808.000.008/2017 - Objeto: denúncia realizada no serviço de atendimento ao cidadão, a qual dá conta, em tese, de ato de nepotismo na Prefeitura de Pedro Osório, em que o Prefeito nomeou o sobrinho para Chefe de Gabinete. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 78) Processo n.º PR.00975.00144/2017-9: SIM - IC.01633.000.122/2015 Objeto: apurar poluição sonora e falta de licenciamento ambiental para a operação do empreendimento Condomínio Centro Comercial Nova Olaria. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 79) Processo n.º PR.00975.00145/2017-6: SIM - IC.01633.000.009/2016 - Objeto: apurar criação de suínos na Rua Armando Inácio da Silveira, n.º 5353, Bairro Lami, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 80) Processo n.º PR.00975.00146/2017-4: SIM - IC.01633.000.070/2017 - Objeto: poluição sonora causada pelas atividades de uma pista de kart no estacionamento do Shopping Praia de Belas. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 81) Processo n.º PR.00975.00147/2017-2: SIM - IC.01631.001.315/2016 - Objeto: apurar exercício abusivo de direito pelos shopping centers e suas administradoras na adoção de cláusula de raio em contratos de locação de espaços comerciais na cidade de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 82) Processo n.º PR.00975.00148/2017-0: SIM - IC.01631.000.028/2016 - Objeto: a empresa coopta pretendentes de emprego ofertando vaga concreta, fazendo o candidato se deslocar até São Paulo para falsa entrevista. Trata-se, na verdade, de armadilha para contratar serviços de coaching e formulação de currículo, com custo de R$ 4.200,00, para só depois concorrer a uma vaga de emprego. Há diversas reclamações contra a empresa na Internet. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 83) Processo n.º PR.00975.00149/2017-8: SIM - IC.01631.001.313/2016 - Objeto: exercício abusivo de direito pelos shopping centers e suas administradoras na adoção de cláusula de raio em contratos de locação de espaços comerciais na cidade de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 84) Processo n.º PR.00975.00150/2017-6: SIM - IC.01631.000.204/2017 - Objeto: apurar resultado insatisfatório quanto ao uso de agrotóxicos no produto abobrinha. (TAC). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 85) Processo n.º PR.00975.00151/2017-4: SIM - IC.01623.000.102/2016 - Objeto: possíveis irregularidades na alienação de área do Estado do Rio Grande do Sul para implantação de usina termelétrica e terminal de regaseificação de gás natural, no Município de Rio Grande. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Ordem Urbanística de Porto Alegre:** 86) Processo n.º PR.00975.00152/2017-2: SIM - IC.01629.000.061/2016 – Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística tendo em vista ausência de banheiros públicos no Supermercado Big do Barra Shopping Sul. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora

AVISO N.º 52/2017

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n.º 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 01 de agosto de 2017, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

JULGADOS:

IC.00820.00012/2003, IC.00820.00017/2003,
IC.00711.00010/2016, IC.00715.00010/2016,
IC.00718.00062/2016, IC.00718.00113/2015,
IC.00722.00006/2013, IC.00722.00025/2015,
IC.00722.00030/2015, IC.00722.00051/2015,
IC.00723.00020/2011, IC.00723.00021/2014,
IC.00725.00004/2015, IC.00725.00011/2015,
IC.00725.00028/2016, IC.00728.00012/2015,
IC.00728.00040/2016, IC.00728.00049/2016,
IC.00735.00009/2015, IC.00738.00038/2015,
IC.00745.00014/2014, IC.00748.00092/2009,
IC.00748.00189/2016, IC.00748.00196/2015,
IC.00752.00002/2014, IC.00754.00033/2013,
IC.00757.00015/2014, IC.00763.00003/2017,
IC.00763.00007/2017, IC.00763.00069/2016,
IC.00763.00071/2016, IC.00763.00078/2016,
IC.00763.00080/2016, IC.00765.00022/2013,
IC.00769.00008/2014, IC.00771.00008/2016,
IC.00771.00041/2016, IC.00771.00053/2016,
IC.00773.00013/2014, IC.00774.00019/2014,
IC.00782.00019/2013, IC.00783.00056/2015,
IC.00788.00002/2011, IC.00788.00011/2014,
IC.00788.00034/2012, IC.00799.00007/2015,
IC.00801.00095/2012, IC.00802.00016/2005,
IC.00807.00014/2012, IC.00819.00049/2015,
IC.00820.00039/2017, IC.00820.00040/2017,

IC.00820.00162/2015, IC.00820.00165/2011, IC.00820.00182/2016, IC.00820.00187/2015, IC.00820.00198/2016, IC.00820.00251/2008, IC.00824.00038/2015, IC.00824.00044/2013, IC.00824.00059/2017, IC.00824.00075/2017, IC.00824.00077/2016, IC.00824.00110/2016, IC.00824.00121/2016, IC.00833.00063/2016, IC.00833.00120/2008, IC.00833.00126/2009, IC.00852.00045/2013, IC.00852.00060/2014, IC.00852.00064/2014, IC.00852.00100/2016, IC.00856.00002/2011, IC.00857.00004/2014, IC.00861.00039/2015, IC.00864.00014/2014, IC.00864.00049/2014, IC.00865.00027/2014, IC.00865.00038/2013, IC.00865.00047/2011, IC.00865.00058/2013, IC.00867.00017/1994, IC.00867.00054/2013, IC.00872.00037/2015, IC.00872.00256/2009, IC.00877.00011/2016, IC.00878.00055/2013, IC.00878.00067/2014, IC.00881.00005/2012, IC.00890.00013/2014, IC.00893.00003/2013, IC.00893.00008/2014, IC.00897.00013/2014, IC.00900.00047/2013, IC.00901.00034/2015, IC.00901.00038/2012, IC.00906.00007/2013, IC.00907.00045/2016, IC.00910.00052/2012, IC.00913.00018/2010, IC.00913.00025/2016, IC.00914.00057/2016, IC.00914.00081/2014, IC.00914.00126/2016, IC.00914.00142/2014, IC.00915.00028/2015, IC.00915.00029/2016, IC.00915.00081/2016, IC.00915.00093/2016, IC.00915.00101/2016, IC.00917.00032/2004, IC.00917.00033/2016, IC.00917.00084/2015, IC.00924.00018/2016, IC.00929.00025/2016, IC.00930.00022/2015, IC.00931.00066/2010, IC.00931.00095/2014, IC.00933.00060/2014, IC.00949.00016/2017, IC.00949.00209/2013, IC.00949.00238/2013, IC.00970.00015/2015, IC.01127.00007/2003, IC.01127.00018/2012, IC.01127.00019/2013, IC.01134.00002/2011, IC.01136.00053/2011, IC.01136.00095/2011, IC.01175.00008/2014, IC.01175.00021/2009, IC.01202.00168/2011, IC.01212.00020/2015, IC.01212.00021/2016, IC.01220.00005/2013, IC.01220.00009/2011, IC.01233.00005/2009, IC.01411.00039/2014, IC.01411.00043/2014, IC.01411.00050/2014, IC.01411.00052/2014, IC.01411.00053/2014, IC.01411.00055/2014, PI.00900.00037/2016, PI.01411.00008/2016, PI.01411.00014/2016, PI.01411.00015/2016.

Os interessados poderão solicitar à Secretaria dos Órgãos Colegiados certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.